

**Ofício-circulado n.º 60052 de 03/10/2006**  
**Proc. n.º 2003/002 757**

**ASSUNTO: JUROS INDEMNIZATÓRIOS. CONSTITUIÇÃO DO DIREITO A JUROS INDEMNIZATÓRIOS FAVOR DO CONTRIBUINTE NOS TERMOS DO ARTIGO 43º DA LEI GERAL TRIBUTÁRIA**

Tem chegado ao conhecimento da Direcção –Geral que não é uniforme a aplicação pelos Serviços que regulam o direito a juros indemnizatórios, introduzido no ordenamento jurídico-tributário com o Código de Processo Tributário, em 1991/07/01, e posteriormente reformulado e ampliado pela Lei Geral Tributária, cuja entrada em vigor ocorreu em 199/01/01.

1. Tendo em vista a uniformização de procedimentos relativamente a esta matéria, foi sancionada pelo Senhor Director-Geral de 2005/07/19, exarada no processo n.º 2003/2002 757, o seguinte enunciado de pressupostos de constituição do direito a juros indemnizatórios previstos no artigo 43º da Lei Geral Tributária:

**1.1. Juros motivados por erro imputável aos Serviços**

Há lugar a juros indemnizatórios, de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 43º da Lei Geral Tributária, quando a administração fiscal for convencida em processo de reclamação graciosa, recurso hierárquico ou judicial de que houve erro imputável aos serviços de que resultou pagamento da dívida tributária superior ao legalmente devido, excepto se a invalidade do acto de liquidação resultar da inexistência, insuficiência ou incongruência da fundamentação e o acto puder ainda ser válido.

**1.2. Juros Motivados por atraso imputável aos Serviços**

Há lugar a juros indemnizatórios, de acordo com o n.º 3 do artigo 43º da Lei Geral Tributária quando os pressupostos previstos nas alíneas a), b) e c) desse mesmo número, não sejam cumpridos.

Tal significa que, em caso de revisão do acto tributário por iniciativa do contribuinte a que se refere o n.º 3 (quer o erro que lhe serve de fundamento seja imputável aos Serviços quer seja imputável ao contribuinte), os juros indemnizatórios são devidos sempre que a revisão, sendo devida, se efectuar após o decurso de um ano, contado da data da apresentação do pedido, salvo se o atraso não for imputável à Administração.

**1.3.** Em todas as situações referidas em 1.1 e 1.2, o pagamento dos correspondentes juros indemnizatórios depende de solicitação do contribuinte, devendo ser satisfeito oficiosamente pelos Serviços, de acordo com os respectivos pressupostos legais.

2. O presente ofício-circulado substitui integralmente o ofício-circulado n.º 60049, de 2005/09/01, de Serviços.

Com os melhores cumprimentos.

O SUBDIRECTOR-GERAL

(Alberto Augusto pimenta Pedroso)